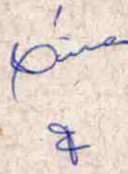


1 Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da trigésima quinta plenária do
5 décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião:
6 Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Daniela Sacramento Zanini, Fabián
7 Javier Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa
8 Helena Alves, Norma Celiane Cosmo, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto
9 Martins Maldos, Rogério Gianini e Sandra Elena Sposito. Andréa Esmeraldo Câmara
10 lembrou que no dia anterior o plenário iniciou a discussão do ponto "**5. CREPOP -**
11 **PONTOS DE PAUTA PARA APAF**", assim, é preciso dar continuidade aos
12 encaminhamentos do tema: Marisa Helena Alves informou que no dia anterior o plenário já
13 viu os temas indicados pelos nono e décimo CNPs - Congressos Nacionais de Psicologia
14 para as próximas pesquisas do CREPOP, assim, agora a plenária precisa definir os temas a
15 serem levados para a APAF. Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que o CFP leve a proposta
16 de um assunto que já apareceu duas vezes nos CNPs, primeiro surgindo como conselhos de
17 políticas públicas e, segundo, como controle social, e destacou que a segunda formulação é
18 mais ampla e contempla melhor a relação da psicologia com o controle social, portanto
19 defende que esta seja a proposta levada à APAF. Sugeriu também apresentar o tema suicídio,
20 pela quantidade de demandas sobre assunto no cotidiano do trabalho dos psicólogos e
21 psicólogas, considerando também a dificuldade que a rede tem de atender e cuidar desse
22 fenômeno. Avaliou que há pouco alinhamento sobre como intervir. Ela lembrou que Norma
23 Celiane Cosmo já tinha indicado o tema de educação inclusiva e que ela sabe que o CFP
24 costuma indicar três ou quatro temas, mas ela gostaria de indicar também, se possível, o tema
25 unidades de acolhimento, pois os psicólogos têm enfrentado muitas dificuldades para atuar
26 no momento, especialmente porque voltou à tona a visão menorista. Norma Celiane Cosmo
27 reiterou a importância do tema de educação inclusiva, e concordou com os demais temas
28 colocados pela Conselheira Andréa Esmeraldo Câmara. Maria Márcia Badaró Bandeira
29 concordou com os temas: atuação no controle social, suicídio e educação inclusiva. Junia
30 Maria Campos Lara sugeriu o tema educação superior, pois esse assunto tem sido delegado

31 para a ABEP - Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, mas, neste momento, quase
32 noventa por cento do ensino superior está alocado em instituições privadas, de modo que é
33 cabível maior atenção do CFP. Marisa Helena Alves informou que o objetivo do CREPOP é
34 pesquisa em políticas públicas, assim, falou da importância de em algumas situações
35 trabalhar com o texto de Comissões *ad hoc* e no seu formato, pois, por exemplo, em relação
36 ao tema suicídio, é preciso verificar quais são os serviços públicos que atendem essa
37 demanda. Desse modo, talvez o CFP possa apontar que não existem políticas públicas para
38 isso, e não seria possível fazer a pesquisa nesse formato usual que o CREPOP adota. Andréa
39 Esmeraldo Câmara concordou com as dificuldades dessa pesquisa, mas afirmou que o tema
40 pode ser trabalhado pelos CRPs, para identificar pessoas que trabalham nessa área, pois há
41 muitos psicólogos trabalhando com essa temática, que não reconhecem isso como parte de
42 seu trabalho. Sugeriu que o objetivo seja de os CRPs trabalharem com a temática para
43 identificar psicólogos que atuam com suicídio e autolesão. Mateus Castelluccio (supervisor
44 do CREPOP) fez um breve histórico do trabalho do CREPOP, explicando que, no primeiro
45 momento, o CREPOP pesquisou temas muito demarcados; no segundo momento, pesquisou
46 populações que transitam por serviços; e agora, num terceiro momento, os temas pesquisados
47 podem ter um caráter mais transversal. Ele avaliou que é um desafio trabalhar com temas
48 como o suicídio, porque não há uma política pública própria para isso, mas afirmou ser
49 possível definir uma estratégia metodológica para dar conta de abranger o tema. Sugeriu que
50 o tema seja enviado para uma Comissão *ad hoc*, para que estude e proponha o melhor
51 formato de trabalho. Marisa Helena Alves lembrou os cinco temas indicados pela plenária:
52 controle social, suicídio, educação inclusiva, unidades de acolhimento e educação superior.
53 Assim, perguntou se o CFP levará os cinco temas ou se redefinirá e colocará o tema de
54 suicídio em outro formato, que não o de pesquisa. Norma Celiane Cosmo propôs uma
55 reflexão sobre as demandas que têm aparecido nas escolas e em outros contextos referentes
56 ao suicídio e à automutilação, mostrando que os próprios psicólogos não reconhecem que
57 trabalham com isso, desse modo, perguntou quem estaria fazendo esse trabalho. Diante desse
58 quadro, Norma Celiane Cosmo reiterou a importância de dar visibilidade ao fenômeno do
59 suicídio, e considerando as dificuldades da categoria, indicou que o tema seja trabalhado no
60 formato de pesquisa mesmo. Andrea Esmeraldo Câmara lembrou que nas primeiras



61 pesquisas do CREPOP, o foco era coletar informações sobre o que os psicólogos faziam em
62 certa política para publicizar isso, mas agora não, neste momento, a demanda da categoria é
63 para o CFP orientar sobre as possibilidades de atuação na rede, e não mais para realizar uma
64 pesquisa sobre o que já é feito por psicólogos. Avaliou que talvez o trabalho possa se dar por
65 grupos multifocais e em políticas multisetoriais. Rogério Gianini informou que essa pesquisa
66 não é muito diferente do que o CREPOP já fez, só não há uma política pública identificada.
67 Lembrou que no setembro amarelo, o CFP trabalhou um pouco no sentido de não dar ênfase
68 a um clima de terror social, mas sim sobre como o suicídio incide de formas diferentes em
69 populações diferentes: na população indígena, nas pessoas LGBTQs, nas pessoas negras.
70 Afirmou que cada uma das populações vai apresentar o fenômeno dentro de uma certa
71 dinâmica, assim, não se pode tratar o tema de um ponto de vista geral, correndo o risco de
72 reforçar uma lógica medicalizante. Explicou que é preciso desconstruir a ideia de que esse
73 fenômeno social atinge igualmente todas as classes e populações. Indicou que a grande
74 diferença é pensar mais no âmbito da intervenção em determinadas políticas públicas, sem
75 colocar uma visão estigmatizante e genérica. Andréa Esmeraldo Câmara reiterou que o CFP
76 elencou cinco temas até o momento e sugeriu reduzir isso para três ou quatro temas, para
77 facilitar o trabalho da APAF, a qual deve escolher apenas dois temas. Andréa Esmeraldo
78 Câmara retirou a sugestão do tema acolhimento institucional. Foram escolhidos pela plenária
79 os temas 1) suicídio e autolesão; 2) controle social; e 3) educação inclusiva. Sobre o
80 Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, Norma Celiane Cosmo sugeriu a participação
81 de quem faz a gestão das políticas públicas, pois na proposta aprovada, o público previsto é
82 apenas conselheiros, sendo um evento aberto. A proposta de incluir gestores de políticas
83 públicas foi aprovada. Mateus Castelluccio sugeriu a realização de uma mesa sobre gestão,
84 com a participação de gestores. Lembrou que há também transmissão *online*, de modo que o
85 conteúdo poderá chegar aqueles gestores de locais mais afastados que não puderem estar
86 presencialmente. Ele explicou que geralmente o público desse seminário é composto pessoas
87 daquele próprio estado. Andrea Esmeraldo Câmara lembrou que, no caso da Assistência
88 Social, existe uma publicação para gestores, assim, talvez esse seja o momento de retomar
89 essas publicações para o evento, abordando outras políticas públicas. Acrescentou que a
90 mobilização para a Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no suas a mobilização contou

91 com comunicação às gestões estaduais desta política, e que isso contribuiu para a
92 participação de profissionais. Assim, esta pode ser uma estratégia de mobilização para o
93 Seminário de políticas Públicas. Célia Zenaide da Silva sugeriu que no ofício seja indicado
94 também que para os municípios que não conseguirem enviar pessoas para participarem
95 presencialmente, possam ser feitos polos de transmissão, com envio de fotos, para que haja
96 uma interação com os presentes no evento. Andréa Esmeraldo Câmara ponderou, que na
97 escolha do local para o evento é importante pensar na malha viária que atende a cidade
98 indicada. Paulo Roberto Martins Maldos sugeriu que seja um lugar que suporte levar muita
99 gente, mas que dê para valorizar a regionalidade. Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa falou
100 do cuidado de não focar apenas no critério do voo, para não reforçar a ideia de priorizar
101 sempre os grandes centros, pois é preciso diversificar. Houve breve debate, mas diante das
102 dificuldades de voo, a plenária decidiu que o evento deve ser em Brasília, considerando
103 também a facilidade de ter o apoio do CFP com sede no local. Foi aprovado que o evento
104 será no segundo semestre de 2020. Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que seja em setembro
105 ou outubro, porque em julho e em agosto há muitas ações do dia da psicóloga. Em seguida,
106 Marisa Helena Alves apresentou o plano de trabalho do CREPOP, com cronograma, os quais
107 foram aprovados por unanimidade. Então, Marisa Helena Alves apresentou o orçamento, e
108 Mateus Castelluccio, explicou que o valor previsto para 2020 é menor que o valor previsto
109 para 2019, e isso acontece porque agora a equipe tem mais experiência para orçar. Informou
110 também o CRP-24 que é novo, e o CRP-20, que estava sem CREPOP, já estão incluídos no
111 plano. Mateus Castelluccio explicou que houve o aumento no valor de sete mil reais para
112 interiorizar as duas pesquisas, pois foram adicionadas as seções. O orçamento foi aprovado
113 por unanimidade. **5.1 Encaminhamentos:** Foram escolhidos pela plenária os seguintes
114 temas possíveis para serem pesquisados pelo CREPOP no próximo ano e a serem levados à
115 APAF: 1) suicídio e autolesão; 2) controle social; e 3) educação inclusiva. Foi aprovada a
116 proposta do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. Concluído o ponto do CREPOP,
117 Andréa Esmeraldo Câmara lembrou que os pontos da APAF serão vistos em breve, haja vista
118 que Norma Celiane Cosmo e Júnia Maria Campos Lara precisam apresentar seus pontos o
119 quanto antes, já que têm passagens emitidas para logo mais. Passou a palavra à Conselheira
120 Júnia Maria Campos Lara. **6. DESIGNAÇÃO DE NOVO RELATOR PARA PROCESSO**

121 **ÉTICO:** o PDE nº 576600020.000265/2019-69, oriundo do CRP 06/SP foi designado para
122 Maria Márcia Badaró Bandeira. **7. DESIGNAÇÃO DE RELATORIA - PDE**
123 **NOVEMBRO DE 2019:** O PDE nº 576600020.001422/2019-53, oriundo do CRP 08/PR, foi
124 designado para Sandra Elena Sposito. O PDE nº 576600020.001412/2019-18, oriundo do
125 CRP 08/PR, foi designado para Sandra Elena Sposito. O PDE nº 576600020.001501/2019-
126 64, oriundo do CRP 06/SP foi designado para Daniela Zanini. O PDE nº
127 576600020.001632/2019-41, oriundo do CRP 06/SP foi designado para Marisa Helena
128 Alves. O PDE nº 576600020.001599/2019-50, oriundo do CRP 18/MT foi designado para
129 Paulo Roberto Martins Maldos. Para o PDE nº 576600020.000265/2019-69, oriundo do CRP
130 06/SP foi designada a relatora Iolete Ribeiro da Silva. **8. RELATÓRIOS GTS APAF: 8.1**
131 **GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização:** Júnia Maria Campos Lara
132 informou que o GT não está adequado à nova resolução sobre o formato que os GTs devem
133 ter. Ela contou que o GT conta com funcionários na sua composição, e inclui mais de um
134 CRP da mesma região, como, por exemplo, São Paulo e Minas Gerais da região sudeste; e
135 Paraná e Santa Catarina da região sul. Já houve um diálogo da SOE - Secretaria de
136 Orientação e Ética com a Coordenação Geral do CFP, e se definiu que a melhor saída é a
137 própria APAF decidir a nova composição do GT, e redefinir os objetivos dele, se for o caso.
138 Júnia Maria Campos Lara informou que não há nas tarefas do GT deliberações a tomar neste
139 momento, assim, além da redefinição do GT para se adequar ao padrão, haverá apenas um
140 informe sobre atendimento domiciliar, com contribuições dos CRPs. Norma Celiane Cosmo
141 perguntou se, considerando que os pontos desse GT são apenas para a entrega de produtos, a
142 indicação é de encerramento. Júnia lembrou que entre as tarefas do GT está uma proposta de
143 observatório, que, se for excluída, o GT poderia ser encerrado. E complementou que o novo
144 CPD (Código de Processamento Disciplinar) está pronto para ser entregue no Encontro de
145 COEs (Comissões de Orientação e Ética) e COFs (Comissões de Orientação e Fiscalização),
146 previsto para os dias 11 (onze), 12 (doze) e 13 (treze) de novembro. **8.1.1**
147 **Encaminhamentos:** Não há nas tarefas do GT deliberações a tomar neste momento, assim,
148 além da redefinição do GT para se adequar ao padrão, haverá apenas um informe sobre
149 atendimento domiciliar, com contribuições dos CRPs. **8.2 Informes financeiros da**
150 **APAF:** Norma Celiane Cosmo explicou que o CFP precisa pautar o orçamento para a

151 APAF, mas como depende de receber os orçamentos dos regionais, o material não está
152 pronto para apresentação nesta plenária. Assim, na primeira remessa da APAF será enviada
153 uma folha de rosto com essa informação e o material completo será enviado aos tesoureiros,
154 que antecede a Assembleia. **8.2.1 Encaminhamentos:** O material completo deste ponto não
155 será enviado na primeira remessa, pois está aguardando o subsídio dos CRPs. **8.3. Comissão**
156 **Editorial da Resolução CFP nº 12/2018:** Norma Celiane Cosmo informou que a Resolução
157 CFP nº 12/2018 regulamenta a concessão de recursos provenientes da Conta Revista
158 (Divulgação) para o financiamento de publicações dos Conselhos Regionais e do Conselho
159 Federal de Psicologia. Para tanto, é preciso ser constituída uma comissão editorial
160 responsável por avaliar e aprovar o projeto encaminhado para a publicação. Essa comissão
161 deve ser composta por um conselheiro do CFP e mais dois conselheiros de CRPs. De acordo
162 com a resolução, os CRPs que farão parte dessa comissão devem ser escolhidos na APAF de
163 dezembro do ano eleitoral. Assim, o CFP pautará a composição dessa comissão para esta
164 APAF. Sandra Elena Sposito informou que o CFP recebeu apenas três projetos, que foram
165 contemplados até o momento. Os documentos foram apresentados e o CFP pediu
166 complementação de algumas informações. Com isso, o CFP percebeu a necessidade de criar
167 um modelo de formulário de solicitação de verba, pois as informações que os CRPs enviam
168 ao CFP são insuficientes. Luana Spinillo (Gerente da Comunicação do CFP) explicou que o
169 material deve ser pautado para a reunião de tesoureiros. **8.3.1 Encaminhamentos:** O CFP
170 pautará a formação da Comissão na APAF e vai propor um modelo de formulário na reunião
171 de tesoureiros para a concessão de financiamento de publicações dos Conselhos Regionais.
172 **8.4. GT Fundo de Seções:** Norma Celiane Cosmo informou que esse GT tem o objetivo de
173 apresentar uma resolução para atualizar o procedimento, recursos e outras informações sobre
174 o fundo de seções. Esse fundo é um valor aprovado em APAF separado da anuidade, mas
175 essa prática não pode ser mantida, em virtude de determinação do TCU - Tribunal de Contas
176 da União. Norma Celiane Cosmo contou que atualmente existem apenas três seções, nos
177 estados do Pará (Amapá), Amazonas (Roraima) e Rondônia (Acre). Assim, é preciso
178 organizar esse fluxo. O GT é formado por seções e CRPs que possuem seções ou CRPs que
179 recentemente se desmembraram. Já foi solicitado a todos os CRPs que possuem seções um
180 levantamento das necessidades, para que se chegue a um valor aproximado para um fundo de

181 seção. O GT teve algumas reuniões telefônicas, o material já chegou ao CFP, e agora o CFP
182 pediu contribuições de todos os CRPs para um formulário. O próximo passo será fazer o
183 trabalho presencial do GT para cuidar das contribuições que chegaram. A minuta de
184 resolução deve estar pronta para a APAF de maio de 2020, portanto, nesta APAF de
185 dezembro será apresentado apenas o andamento dos trabalhos. **8.4.1 Encaminhamentos:** Na
186 APAF de dezembro será apresentado apenas o andamento dos trabalhos sobre o fundo de
187 seções. **8.5. GT de Tecnologia da Informação:** Norma Celiane Cosmo explicou que esse
188 GT cuida de várias temáticas que têm relação com tecnologia. Assim, outros GTs fazem
189 diálogo com este GT ou tiveram algumas tarefas absorvidas por esse GT, pela relação com
190 temas ligados à tecnologia. Exemplificou que esse GT está trabalhando no momento com a
191 compra do sistema web cadastral financeiro, que levou quase um ano para se concretizar.
192 Informou que a implantação desse sistema está começando por São Paulo, porque é o CRP
193 que possui todos os módulos. Haverá um seminário nos dias 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e
194 seis) de novembro sobre o assunto. Lembrou que o GT também acompanha a implantação do
195 SEI nos CRPs, que atualmente está se dando no CRP de Minas Gerais. O GT acompanha
196 também os trabalhos relativos à CIP - Carteira de Identidade Profissional. Como Sandra
197 Elena Sposito assume esse Grupo de Trabalho após a desincompatibilização de Clarissa
198 Guedes, será necessário obter informações sobre o andamento do mesmo, para que Norma
199 Celiane Cosmo possa preparar o material desse assunto para a APAF. O GT de TI também
200 irá se debruçar sobre um Plano Nacional de Tecnologia da Informação. Concluiu explicando
201 que há outros assuntos acompanhados por esse GT, cujos resumos serão apresentados na
202 APAF. **8.5.1 Encaminhamentos:** O GT apresentará na APAF os diversos resumos dos
203 trabalhos que está desenvolvendo. **8.6 GT para evidenciar a Resolução CFP nº**
204 **18/2002:** Célia Zenaide da Silva afirma que, considerando os trabalhos já realizados pelo
205 GT e que as atividades para evidenciar a Resolução 10/2002 agora devem ser executadas
206 pelo Sistema conselhos, indicativo agora é de encerramento, assim como foi o indicativo
207 para APAF de maio. Norma Celiane Cosmo explicou que o GT da Resolução 18 não foi
208 discutido na APAF de maio por falta de quórum. Ela avaliou que o GT realizou muitas
209 atividades, mas se articulou pouco com as ações da Comissão de Direitos Humanos, sendo
210 um trabalho paralelo a outras atividades que o CFP fez. Assim, defendeu que ele seja sim



7/18



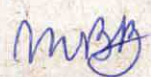
211 apresentado na APAF, para mostrar tudo que ainda precisa ser articulado. Norma Celiane
212 Cosmo explicou que o GT funcionou como uma comissão, mas agora é preciso definir as
213 ações de forma articulada com as instâncias do CFP, pois o GT caminhou sozinho. Célia
214 Zenaide da Silva explicou que havia uma psicóloga que fazia parte do GT e da Comissão de
215 Direitos Humanos do CFP, o que poderia facilitar essa interface, entretanto, concorda que de
216 fato o GT caminhou sozinho. Célia Zenaide da Silva exemplificou que no início da gestão,
217 solicitou um levantamento de quantos processos éticos mencionam a resolução e soube que
218 ela foi citada apenas uma vez em quinze anos de existência, o que mostra o racismo
219 estrutural e institucional que permeia a psicologia. A conselheira afirmou que evidenciar a
220 resolução será tarefa de todos, pautando que o racismo existe. Destacou que é preciso
221 nomear a problemática. Ela reiterou a sugestão de encerrar o GT, mas com o compromisso
222 de a Comissão de Direitos Humanos cuidar da campanha sobre o assunto. Norma Celiane
223 Cosmo lembrou que um dos encaminhamentos do GT era realizar um selo e fazer
224 articulações para cobrar essa resolução nas matérias de concursos públicos para psicólogos.
225 Assim, acha que o GT precisa concluir essas tarefas. Célia Zenaide da Silva afirmou que
226 essas ações precisam ser encaminhadas pelo Sistema Conselhos e que a tarefa relativa aos
227 concursos públicos, por exemplo, pode ser realizada pelos CRPs. Andréa Esmeraldo Câmara
228 sugeriu que se verifique se a resolução tem sido cobrada também nos concursos para o CFP e
229 para os CRPs. Ela sugeriu ainda a recuperação do ponto na plenária de abril ou de maio, pois
230 recorda que houve uma separação das tarefas sobre o que seria do GT e o que seria do CFP
231 ou dos CRPs. **8.6.1 Encaminhamentos:** Sugerir na APAF o encerramento do GT e
232 encaminhamento das tarefas pendentes ao Conselho Federal de Psicologia. **8.7. GT de**
233 **Laicidade:** Célia Zenaide da Silva informou que há uma minuta de resolução para
234 apreciação da APAF. **8.7.1 Encaminhamentos:** O CFP pautará a minuta de resolução do GT
235 na APAF. **8.8. GT de Psicologia do Esporte:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que a
236 Conselheira Elizabeth de Lacerda Barbosa é responsável pelo ponto, mas não está presente.
237 Assim, leu o relatório do GT e avaliou que muitas das atribuições que a APAF delegou ao
238 GT são na verdade institucionais. Desse modo, de acordo com as regras aprovadas para o
239 funcionamento dos GTs, essas tarefas não deverão ficar com o GT. Diante disso, Andréa
240 Esmeraldo Câmara sugeriu pautar para a APAF se há necessidade de continuidade do GT e,

241 em caso positivo, redefinir as tarefas do GT, de acordo com a resolução aprovada de
242 funcionamento dos GTs. **8.8.1 Encaminhamentos:** A proposta colocada foi aprovada por
243 unanimidade. **8.9. GT de demandas do judiciário aos psicólogos que atuam nas políticas**
244 **de saúde e assistência social:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que esse GT era
245 coordenado pela Conselheira Jureuda Duarte Guerra, que já tinha avaliado em plenária que o
246 GT não estava evoluindo. No momento, o CFP está enviando ofício aos CRPs consultando
247 quem será o representante de cada regional nos GTs, diante da mudança das gestões. Assim,
248 Andréa Esmeraldo Câmara pretende fazer uma reunião telefônica assim que esse GT estiver
249 com a sua composição atualizada para verificar se agora o GT consegue cumprir suas tarefas.
250 **8.9.1 Encaminhamentos:** O CFP verificará se o GT conseguirá cumprir suas tarefas a partir
251 da nova composição. **8.10. GT de atuação no contexto de medidas socioeducativas:**
252 Andréa Esmeraldo Câmara informou que esse GT é acompanhado pela conselheira Iolete
253 Ribeiro da Silva, que não está presente. Assim, o relatório do GT foi lido, e Andréa
254 Esmeraldo Câmara avaliou que há muitas atividades do GT que se confundem com
255 atividades institucionais. Assim, sugeriu que a Conselheira Iolete Ribeiro da Silva avalie se
256 há como separar essas tarefas para avaliar se é possível ou não encerrar o GT. Andréa
257 Esmeraldo Câmara informou que há, como tarefa que não foi cumprida, o projeto de um
258 observatório, por exemplo. O plenário apontou que essa tarefa de organizar uma proposta de
259 observatório pode ser feita pelo GT. **8.10.1 Encaminhamentos:** Este ponto será discutido
260 com a Conselheira Iolete Ribeiro da Silva antes de pautá-lo para a APAF. **8.11. GT de**
261 **atuação de psicólogos no Sistema Prisional:** Maria Márcia Badaró Bandeira informou que
262 neste momento o GT está na finalização da nota técnica de orientação, baseada na resolução
263 sobre documentos escritos. **8.11.1 Encaminhamentos:** A resolução passará por revisão
264 jurídica, antes de ser pautada para a APAF. Se não houver tempo hábil, ficará para a APAF
265 de maio de 2020 (dois mil e vinte), podendo ser apresentado informe sobre o andamento do
266 GT. **8.12. GT para estudo, elaboração e implantação de nova carteira de identidade**
267 **profissional do psicólogo:** Sandra Elena Sposito lembrou que o GT cumpriu as tarefas, mas
268 ficou uma pendência sobre o que fazer com a inscrição secundária. Informou que precisa
269 verificar a atualização desse GT com Clarissa Guedes, que coordenava o grupo, mas deixou
270 de ser conselheira do CFP para ser do CRP. **8.12.1 Encaminhamentos:** Sandra Elena

271 Sposito irá verificar as informações sobre o assunto para dar um informe até o final da
272 plenária. **8.13. GT sobre diversidade sexual e gênero:** Sandra Elena Sposito informou que
273 esse GT distribuiu as tarefas entre seus membros, mas as tarefas não foram realizadas. **8.13.1**
274 **Encaminhamentos:** Na APAF será solicitada a continuidade do GT. **8.14. GT de revisão**
275 **da Resolução CFP nº 013/2007:** Andrea Esmeraldo Câmara leu o relatório do GT,
276 informando que a Conselheira Rosane Granzotto é a responsável. **8.14.1**
277 **Encaminhamentos:** A conselheira Rosane Granzotto será consultada para saber se a minuta
278 de resolução realmente deve ser enviada nesta primeira remessa para apreciação em APAF.
279 **8.15. GT Psicoterapia:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que o GT é coordenado pela
280 Conselheira Ana Sandra Arcoverde Nóbrega e que recorda que na APAF de maio foi
281 diferenciado o que é ponto do GT e o que é do Sistema Conselhos. Assim, Andréa
282 Esmeraldo Câmara sugeriu o resgate desse documento. Norma Celiâne Cosmo lembrou que
283 é preciso definir quem irá apresentar o ponto na APAF, pois a Ana Sandra Arcoverde
284 Nóbrega fará a coordenação da mesa. **8.14.1 Encaminhamentos:** Resgatar o documento
285 mencionado sobre o GT, para subsidiar a delegação do CFP. Definir quem irá apresentar o
286 ponto no lugar de Ana Sandra, que estará presidindo a mesa. **8.16. GT Avaliação**
287 **psicossocial no trabalho do psicólogo:** **8.16.1 Encaminhamentos:** Uma minuta de
288 resolução será apreciada na APAF. **8.17. GT sobre normas e regras para a concessão de**
289 **porte de armas:** **8.17.1 Encaminhamentos:** O CFP consultará a APAF sobre a
290 recomposição do GT em relação à região nordeste. **8.18. GT Educação à distância e cursos**
291 **irregulares:** **8.18.1 Encaminhamentos:** Norma Celiâne Cosmo ficará responsável pelo GT
292 no CFP, por enquanto. **8.19. GT de Estágio:** **8.19.1 Encaminhamentos:** Norma Celiâne
293 Cosmo ficará responsável pelo GT no CFP, por enquanto. **8.20. GT políticas para**
294 **mulheres:** Sandra Elena Sposito informou que o GT deve fazer uma nota técnica sobre a
295 resolução, assim, a proposta pra APAF é de manter o GT. **8.19.1 Encaminhamentos:** CFP
296 deve sugerir na APAF a manutenção do GT. **9. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA**
297 **PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP 09 PROCESSO Nº 2088/2019:** o processo foi
298 designado para a conselheira Rosane Lorena Granzotto. **10. DESIGNAÇÃO DE**
299 **RELATOR PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP 20 - PROCESSO Nº**
300 **436/18:** o processo foi designado para a conselheira Maria Márcia Badaró Bandeira. **11.**

301 **SEMINÁRIO SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** Andréa Esmeraldo
302 Câmara lembrou que a realização do Seminário sobre População em Situação de Rua foi
303 aprovada na oportunidade da plenária de junho de 2019, e encontra-se em delineamento pela
304 CONPAS - Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social, em parceria com a
305 Comissão de Direitos Humanos, representantes do Movimento Nacional da População de
306 Rua (MNPR) e de outros colaboradores. Andréa Esmeraldo Câmara apresentou a proposta de
307 programação do seminário e informou que algumas ações para a realização do evento geram
308 custos. Norma Celiane Cosmo explicou que há uma ata de realização de eventos, que
309 vencerá, assim, é preciso que a proposta chegue ao setor financeiro até o dia 23 (vinte e três),
310 para que haja tempo suficiente para empenhá-la. Caso contrário, não poderá acontecer o
311 evento. Andréa Esmeraldo Câmara informou que a data prioritária seria um dia após a o
312 evento da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) em São Paulo, para ter
313 economia de passagens, em 18 (dezoito) e 19 (dezenove) de novembro. Ela explicou foram
314 buscadas alternativas de alojamento gratuitas, porém sem êxito. Norma Celiane Cosmo
315 sugeriu diálogo com o sindicato para tentar conseguir o local de forma gratuita. Andréa
316 Esmeraldo complementou que já foi feito contato com a presidente do CRP-06/SP, pedindo
317 auxílio para as articulações, e consultou a plenária sobre que tipo de financiamento pode ser
318 fornecido pelo CFP. Foi sugerido apoio a passagens de ônibus para membros do movimento
319 de população de rua. **11.1 Encaminhamentos:** A proposta do seminário foi aprovada. Se
320 houver necessidade de mais alguma deliberação sobre o assunto, será resolvido em reunião
321 de diretoria, haja vista que não haverá tempo hábil de retornar à plenária. A conselheira
322 Marisa Helena Alves foi convidada a participar do evento. Paulo Roberto Martins Maldos foi
323 indicado para auxiliar a Andréa Esmeraldo Câmara nos pontos que ainda precisam ser
324 definidos para o evento, especialmente para aqueles que necessitam de articulações em São
325 Paulo, e também sua participação no evento. **12. ACOMPANHAMENTO DAS**
326 **COMISSÕES DO CREPOP:** Marisa Helena Alves apresentou as capas das referências,
327 começando pela de DST/Aids. Foi aprovada a terceira capa apresentada. Sobre a atenção
328 básica de saúde, foi escolhida a última capa que tem um desenho, com a alteração de incluir
329 o termo "UBS" em outro espaço mais visível. Em seguida, foi lida a apresentação das
330 referências de povos tradicionais. O texto foi aprovado. Marisa Helena Alves informou os

331 status das referências em andamento. As referências de Relações Raciais, Mobilidade
332 Humana e Trânsito, Questões da Terra, Educação Básica, Álcool e outras drogas, Saúde do
333 Trabalhador, Psicologia do Esporte e Varas de família já foram publicadas. A de Psicologia
334 Hospitalar no SUS está em diagramação. As publicações dos Seminários Psicologia e
335 Políticas Públicas (5 cadernos) e a referência de Atenção Básica estão em revisão. As
336 referências DST/AIDS, Emergências e Desastres, Diversidade Sexual, Segurança Pública e
337 Povos Tradicionais estão realizando o trabalho pós-consulta pública. Há ainda doze temas
338 que estão em fase de elaboração de documentação para a consulta. **12.1 Encaminhamentos:**
339 O texto apresentado foi aprovado e as capas selecionadas pela plenária apresentadas foram
340 aprovadas. **13. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL: INDICAÇÃO PARA GTS DA**
341 **CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
342 **(CNDAS):** Andréa Esmeraldo Câmara e Célia Zenaide da Silva lembraram que foi
343 deliberado na plenária do CFP que a CONPAS (Comissão Nacional de Psicologia e
344 Assistência Social) deveria indicar representante para acompanhar a organização da CNDAS
345 (Conferência Nacional Democrática de Assistência Social). Assim, Célia Zenaide da Silva e
346 Andréa Esmeraldo Câmara estão participando desse trabalho. Andréa Esmeraldo Câmara
347 informou que o CFP está tentando garantir a participação dos CRPs na CNDAS. Estão
348 solicitando então vinte vagas, sendo dezoito para os regionais e duas para o CFP. Até o
349 momento, apenas seis regionais têm vagas. **13.1 Encaminhamentos:** Deverá ser elaborado
350 um ofício para os regionais, incluindo orientações a respeito do custeio da participação nas
351 conferências, uma vez que será de responsabilidade do próprio regional se o CFP conseguir
352 as vagas. **14. RELATÓRIO DE AÇÕES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**
353 **DO CFP (2017-2019):** Paulo Roberto Martins Maldos pediu autorização da plenária para
354 que a Comissão de Direitos Humanos possa elaborar um relatório das ações de 2017 a 2019.
355 A proposta foi aprovada. O conselheiro aproveitou para informar que nos dias seis e sete de
356 dezembro, mesma data da plenária do CFP, haverá o encontro das comissões de direitos
357 humanos dos CRPs e a última reunião presencial desta comissão de direitos humanos do
358 CFP. **14.1 Encaminhamentos:** A elaboração do relatório foi autorizada.
359 **15. CONTRADITÓRIO EM LAUDOS PERICIAIS:** Andréa Esmeraldo Câmara
360 informou que houve um seminário sobre a ausência do contraditório nos laudos técnicos



12/18



361 judiciais promovido pelo Desembargador Daltoé. A proposta apresentada no evento é de que
362 para existir o contraditório nos laudos, deve ser filmada a produção da entrevistas que o
363 técnico fizer. No decorrer do evento, ficou evidente que a pauta estava para os profissionais
364 da Psicologia e do Serviço Social. Andréa Esmeraldo Câmara explicou que muita gente
365 entende que o relatório prejudicaria o direito de contraditório, como o grupo de mães que são
366 vítimas de alienação parental, por exemplo. Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que o
367 Sistema Conselhos de Psicologia debata e produza posicionamento sobre o assunto. **15.1**
368 **Encaminhamentos:** O CFP deve criar um grupo para pensar em diretrizes para lidar com
369 esse assunto, sob os eixos: 1) razões para ser contrário à filmagem, questionando quais os
370 motivos de fazer uso da filmagem, deixando explícito que o interesse real não é a defesa do
371 contraditório; 2) mostrar que o profissional que faz um bom relatório está protegido, e o
372 processo judicial também fica protegido com um documento bem escrito que atende às
373 normas (não se baseando em uma visão pessoal). Devem participar desse grupo com Andrea
374 Esmeraldo Câmara, Iolete Ribeiro da Silva e Maria Júnia Campos Lara. **16. PLS 423/2018:**
375 **LAUDO PSICOLÓGICO PARA REVOGAÇÃO DA PRISÃO EM CASOS DE**
376 **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER:** Andréa Esmeraldo
377 Câmara lembrou que o CFP foi consultado pela Senadora Kátia Abreu sobre a proposição de
378 Projeto de Lei que vise a avaliação psicológica a fim de revogação de prisão do agressor nos
379 casos de aplicação da Lei Maria da Penha e se posicionou contrário ao projeto, colocando-se
380 à disposição para conversar com a senadora sobre o assunto, contudo não foi mais acionado .
381 O PLS foi despachado para tramitar na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de
382 Constituição e Justiça, cabendo à última, a decisão terminativa. O Projeto teve parecer
383 favorável aprovado nas duas comissões, sendo o último, na CCJ, em 09/10/19, de modo que
384 não precisava ser apreciado em plenária, já seguindo diretamente para a Câmara. Assim, a
385 plenária do CFP deve definir posicionamento e estratégias para lidar com a matéria. Andréa
386 Esmeraldo Câmara sugeriu que o CFP produza um texto, o que pode ser feito a partir do
387 ofício usado anteriormente no Senado e para fazer diálogo com parlamentares, buscando
388 incidência em relação ao processo. Andréa Esmeraldo Câmara avaliou que o arquivamento é
389 a melhor sugestão, mas não sabe se é a melhor estratégia. Rogério Gianini sugeriu que o CFP
390 buscar articulações na Câmara, sugerindo que o projeto passe por várias comissões, com a

391 realização de várias audiências públicas. Paulo Roberto Martins Maldos sugeriu também que
392 o CFP faça diálogo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara para discutir
393 estratégias e como fazer parceria com a Comissão de Legislação Participativa. O plenário fez
394 um amplo debate sobre os riscos de psicólogos assumirem esse papel de prever se há ou não
395 a possibilidade de reincidência da violência, assim como é no caso do exame criminológico.
396 **16.1 Encaminhamentos:** Realizar articulações na Câmara, sugerindo que o projeto passe
397 por várias comissões, com a realização de várias audiências públicas. Fazer também diálogo
398 com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara para discutir estratégias e como fazer
399 parceria com a Comissão de Legislação Participativa. Tentar substituir essa ideia de
400 avaliação, pela ideia de cuidado, transformando esse PLS em uma proposta de políticas para
401 lidar com o fenômeno da violência contra as mulheres, incluindo política de atendimento
402 com o trabalho de psicólogos e outros profissionais. **17. PL 2538/2019 - NOTIFICAÇÃO**
403 **DOS CASOS DE SUSPEITA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER /**
404 **RESOLUÇÃO CFM Nº 2232/2019 - RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE**
405 **CONSCIÊNCIA:** Sandra Elena Sposito explicou que o artigo quarto da resolução
406 2232/CFM determina que em caso de discordância entre médico e parente de paciente
407 incapaz ou menor, as autoridades devem ser informadas. Exemplificou que no caso de
408 paciente que é de uma religião que não pode receber transfusão de sangue e se nega a receber
409 a transfusão sugerida pelo médico, a polícia ou o Ministério Público serão acionados. Outro
410 aspecto colocado na norma do CFM é que a recusa terapêutica manifestada pela gestante será
411 avaliada pelo binômio mãe/feto, podendo o ato da mãe configurar um abuso em relação ao
412 feto. Assim, o aborto legal e determinados exames e tratamentos podem ser notificados a
413 autoridades caso discordem de indicações de médicos. Andréa Esmeraldo Câmara
414 exemplificou que atualmente muitas mulheres gestantes, em situação de rua, não estão indo
415 para o hospital para o parto, porque têm medo de perderem seus filhos, pois os médicos
416 chamam a polícia, a qual vai retirar o filho dessa mãe. Os conselheiros debateram como a
417 resolução do CFM dá um estatuto de direito para o feto que nem a legislação brasileira dá.
418 Sandra Elena Sposito informou que a Defensoria Pública da União já se manifestou contrária
419 à norma do CFM, abordando a inconstitucionalidade do documento e o desrespeito aos
420 tratados internacionais. Marisa Helena Alves informou que o Conselho Nacional de Saúde

421 também já se manifestou. **17.1 Encaminhamentos:** Sandra Elena Sposito e Marisa Helena
422 Alves irão produzir um documento de posicionamento do CFP, o qual, por sua vez, deverá
423 fazer articulações com o Ministério Público sobre o tema. O posicionamento do CFP deve
424 ser publicado no site e redes sociais do CFP. **18. ADESÃO DO CFP: ALERTA**
425 **FEMINISTA - MANIFESTO DA FRENTE NACIONAL CONTRA**
426 **CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO:**
427 Sandra Elena Sposito informou que conforme aprovado em plenária, o CFP participa da
428 Frente Nacional contra Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Esse
429 grupo construiu o alerta feminista, assim, perguntou se o CFP pode apoiar o documento. O
430 manifesto faz uma análise de conjuntura sobre o processo de legalização do aborto,
431 chamando a sociedade a se posicionar. **18.1 Encaminhamentos:** Foi aprovada a adesão do
432 CFP ao manifesto e foi combinado que quando a versão final do documento estiver pronta,
433 deverá ser enviada por e-mail a todo os membros do plenário. Foi definido também que
434 Sandra Elena Sposito continuará como representante do CFP nessa frente. **19. 1º**
435 **ENCONTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE - FCFAS -**
436 **ENCAMINHAMENTOS:** Marisa Helena Alves informou que entre os dias dezoito e
437 dezanove de setembro, o CFP recebeu representantes de todos os catorze Conselhos Federais
438 da Área da Saúde para o Primeiro Encontro de Formação Profissional da Área da Saúde. A
439 atividade foi organizada pela Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da
440 Área da Saúde (FCFAS). O encontro foi produtivo e abordou a questão da EAD - educação à
441 distância. Esse encontro reiterou a necessidade de o CFP voltar a ter acesso a senha *E-Mec*
442 para dar parecer sobre a abertura de novos cursos de graduação em psicologia no Brasil.
443 Após o evento, a Irani Tomiatto de Oliveira, da ABEP (Associação Brasileira de Ensino de
444 Psicologia), produziu um relatório de participação, o qual Marisa Helena Alves sugeriu que
445 seja pautado para a reunião de diretoria. Ela explicou que vários conselhos perderam esse
446 convênio com o sistema *E-Mec*, de modo que há a proposta de constituição de um GT, para
447 tentar novo diálogo com o MEC para ter acesso à senha do sistema *E-Mec*. No encontro se
448 discutiu graduação e pós-graduação, e verificou-se que a política do CFP de emitir título de
449 especialista é bem avançada em relação aos outros conselhos. Daniel Arruda (GRI - Gerente
450 de Relações Institucionais do CFP) informou que o CFP tem sido muito elogiado pelos

451 outros conselhos por sediar os eventos desses grupos, de modo que o CFP tem sido colocado
452 como protagonista nas discussões das profissões da saúde. **19.1 Encaminhamentos:** Marisa
453 Helena Alves e Maria Júnia Campos Lara devem ser mantidas como representantes do CFP
454 nas comissões do Fórum dos Conselhos da Área da Saúde, até que haja nova designação
455 após a posse do novo plenário, se for o caso. **20. RELATÓRIO FINAL DA 16ª**
456 **CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO:**
457 Marisa Helena Alves informou que participou nos dias oito e nove de outubro da Oitava
458 Reunião da Comissão Organizadora da 16ª CNS - Conferência Nacional de Saúde. Ela
459 destacou a importância de que o relatório dessa conferência chegue nos psicólogos, com
460 destaque para a necessidade de realização da quinta conferência de saúde mental. Esse
461 relatório será lançado na próxima plenária do CNS - Conselho Nacional de Saúde, nos dias
462 oito e nove de novembro. Paulo Roberto Martins Maldos sugeriu que a Gerência de
463 Comunicação do CFP pense em estratégias de divulgação, incluindo entrevista com Marisa
464 Helena Alves sobre o assunto. Maria Márcia Badaró Bandeira sugeriu que no momento da
465 organização da quinta conferência, se pautasse o tema da saúde mental no sistema prisional.
466 **20.1 Encaminhamentos:** A Gerência de Comunicação do CFP deve pensar em estratégias
467 de divulgação, incluindo entrevista com Marisa Helena Alves sobre o assunto. **21.**
468 **INFORME SOBRE PESQUISA RELATIVA A SUICÍDIO NAS POLÍCIAS:** Rogério
469 Gianini informou que o CFP participou, com colaboração de Pedro Paulo Bicalho, de uma
470 pesquisa sobre suicídio nas forças policiais de São Paulo. Afirmou que os primeiros dados
471 obtidos são dramáticos, mostrando que o índice de suicídio é bem maior nos policiais do que
472 na população geral. Afirmou que as causas do suicídio são multideterminadas, mas
473 revelaram a necessidade de diálogo da psicologia com as forças policiais, pois as causas se
474 relacionam muito com questões da saúde do trabalhador. Avaliou que a pesquisa teve um
475 impacto importante, advindo da iniciativa da Ouvidoria das polícias de São Paulo.
476 Identificou-se a necessidade de criar serviços de saúde mental para a Polícia Civil. **22.**
477 **INFORME 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DA**
478 **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CONSELHO NACIONAL DOS**
479 **DIREITOS HUMANOS - CNDH:** Andréa Esmeraldo Câmara explicou que a comissão
480 está tendo sua participação reduzida, assim, tem se reunido por *Skype* ou vídeo conferência,

481 por falta de financiamento. Outro ponto importante deste item, diz respeito a Política
482 Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo decreto 7053/2009, e que
483 poderá ser objeto de alterações. Assim, Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que o CFP
484 acompanhe o assunto em sua tramitação, pois a Comissão Permanente sobre os Direitos da
485 População em Situação de Rua avalia que as mudanças propostas podem repercutir na
486 redução de direitos desta população. . Paulo Roberto Martins Maldos acrescentou que esteve
487 no Conselho de Direitos Humanos e viu que o presidente acionou algo que estava
488 amortecido, que é o monitoramento do PNH 3 - Política Nacional de Humanização. Afirmou
489 que é interessante verificar esse assunto em relação à população em situação de rua. Andréa
490 Esmeraldo Câmara informou que na reunião de agosto já houve essa avaliação.
491 **23. INFORME MOÇÃO SOBRE 5 CONFERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL:** Marisa
492 Helena Alves informou que a CISM - Comissão Intersetorial de Saúde Mental discutiu a
493 moção feita pelo CFP. **24. AVALIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE SINTOMAS DE**
494 **STRESS PARA ADULTOS DE LIPP - REVISADO (ISSL-R):** Fabián Javier Marin
495 Rueda informou que o teste tem parecer desfavorável. Afirmou que a editora Pearson enviou
496 o teste, que foi remetido para a análise de pareceristas, os quais solicitaram algumas
497 reformulações. O pedido foi encaminhado à editora, que respondeu que neste momento
498 decidiu publicar o material no mercado sem providenciar as formulações sugeridas pelo
499 CFP. Assim, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP (CCAP) sugeriu que
500 o CFP coloque o teste na lista de testes desfavoráveis do SATEPSI. **24.1**
501 **Encaminhamentos:** A indicação foi aprovada. **25. INFORME DIÁLOGOS DIGITAIS**
502 **CONPAS:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que o Diálogo "SUAS e Calamidades e
503 Emergências" será no dia trinta de outubro de 2019. Ele deveria ter se realizado em maio,
504 mas não era possível pela agenda do CFP. Para o Diálogo sobre "População LGBT", há o
505 indicativo de realização da atividade no dia 27 de novembro de 2019. Ficou combinado que
506 os conselheiros devem fazer indicações por e-mail. **26. DESABAMENTO DO EDIFÍCIO**
507 **ANDREA:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que em Fortaleza houve desabamento do
508 Edifício Andrea, e algumas pessoas foram vítimas fatais, entre elas, uma psicóloga recém-
509 formada. A conselheira contou que houve uma intervenção do CRP e sugeriu que o CFP
510 envie ofício ao CRP parabenizando pela iniciativa e se colocando à disposição, caso

511 necessário. **26.1 Encaminhamentos:** Sugestão aprovada. **27. INFORME SOBRE CTSMA:**
512 Fabián Javier Marin Rueda informou que o CFP perdeu o assento na Câmara Temática de
513 Saúde e Meio Ambiente no Trânsito, da qual participava desde 2000. Houve mudança na
514 composição das câmaras temáticas, e foi definido que as novas vagas seriam sorteadas e o
515 CFP não foi um dos sorteados. Entretanto, a ABRAPSIT - Associação Brasileira de
516 Psicologia do Tráfego foi uma das sorteadas e se comprometeu a indicar o psicólogo Renan
517 Cunha, como suplente, que seria o representante do CFP. **28. INFORME SOBRE**
518 **ELEIÇÕES ABRAPSO:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que o CFP recebeu a
519 comunicação sobre as eleições da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social,
520 que ocorrerão no dia catorze de novembro. A inscrição de chapas está aberta. **29.**
521 **APRECIÇÃO DAS ATAS DA 34ª PLENÁRIA:** as atas foram aprovadas por
522 unanimidade, incluindo as correções feitas pelo Conselheiro Fabián Javier Marin Rueda e a
523 correção do nome de Andréa Esmeraldo Câmara. **30. INFORMES GERAIS DE**
524 **REPRESENTAÇÃO - GRI:** Daniel Arruda informou que entre uma plenária e outra a GRI
525 (Gerência de Relações Institucionais) está retomando a prática de apresentar relatório de
526 participação das atividades. Ele contou que no sistema Fluir (Formulário-Link Unificado de
527 Informe de Representação) há uma aba chamada Flashes. Os conselheiros vão receber e-mail
528 após as reuniões, agradecendo pela participação, e pedindo para clicar no link e incluir o
529 relatório sobre como foi a reunião. O flash é o resumo do que foi mais importante dessas
530 reuniões e a ação necessária pelo CFP. Isso vai permitir que haja uma rodada nas plenárias
531 do CFP para informes não deliberativos. Daniel Arruda (GRI) explicou que o TCU -
532 Tribunal de Contas da União tem cobrado nos últimos relatórios dos conselhos que haja uma
533 prestação de contas de toda atividade que foi custeada pelo conselho, assim, esse sistema
534 permite registrar fotografias dos cartões de embarque, da reunião, de modo que o conselheiro
535 poderá enviar tudo pelo sistema Fluir, para que o CFP sistematize e providencie as devidas
536 prestações de contas. Daniel Arruda (GRI) informou que na plenária seguinte sempre haverá
537 uma apresentação do que foi colocado mensalmente no Fluir. Os conselheiros vão receber e-
538 mail com orientações a respeito do tema e Daniel Arruda também poderá configurar
539 lembretes no celular dos conselheiros. Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que isso não fique
540 restrito a GRI, de modo que todas as representações do CFP sejam relatadas por esse

